

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ÂMBITO DA LICENCIATURA
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

*THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN THE SCOPE OF INTERDISCIPLINARY
DEGREE IN COUNTRYSIDE EDUCATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF
CAMPINA GRANDE*

Fabiano Custodio de Oliveira

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor adjunto I da Licenciatura em Educação do Campo – Área das Ciências Humanas e Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – fabiano.geografia@gmail.com

Resumo

O curso de Licenciatura em Educação do Campo é voltado a formar professores para atuarem nas escolas do campo, tendo uma formação diferenciada das outras licenciaturas, pois a Licenciatura em Educação do Campo visa formar sujeitos para atuarem por área de conhecimento e não por disciplinas isoladas, gerando assim uma maior amplitude na área de atuação dos profissionais egressos do curso. Dessa forma, propomos aqui discutir a formação por área de conhecimento da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina, especificamente na área das Ciências Humanas e Sociais, destacando o Ensino de Geografia e sua importância na contribuição para o desenvolvimento do senso crítico dos graduandos da referida área. O texto se inicia com uma breve história da Licenciatura em Educação do Campo; posteriormente, discutiremos a Geografia no âmbito da Formação da Área de Conhecimento - Ciências Humanas e Sociais da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG, mostrando as disciplinas de Geografia que compõem o currículo do curso e sua articulação com a Educação do Campo; finalmente, teceremos breves considerações finais acerca da temática nessa reflexão.

Palavras – Chave: Ensino de Geografia; Licenciatura em Educação do Campo; Ciências Humanas e Sociais.

Abstract

The course of degree in countryside education is aim at form teachers to act in the countryside schools, having a differentiated formation from others degrees, because the degree in countryside education aims to form subjects to act by knowledge area and not by isolated disciplines, generating a greater amplitude in the act area of former graduate professionals of course. In this way, we propose here to discuss the formation by knowledge area of interdisciplinary degree in countryside education in the Federal University of Campina, specifically in the area of Human and Social Sciences, highlighting the teaching of geography and its importance on contribution to the development of critical sense of the graduating students of referred area. The text begins with a brief history of degree in countryside education; posteriorly, we will discuss geography in the scope of formation on knowledge area – Human and Socials Sciences of the Interdisciplinary Countryside Education of the UFCG, showing the geography disciplines that set the course curriculum and its articulation with the countryside education; finally, we will weave brief considerations about the subject in this reflection.

Keywords: Geography Teaching; Degree in Countryside Education; Human and Social Sciences.

1. Introdução

A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se fortalecendo no Brasil. Essa política pública é caracterizada como o pagamento de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos marginalizavam os sujeitos do campo, já que vinculavam-se ao mundo urbano, desconhecendo a diversidade sociocultural do povo brasileiro.

Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, ligada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

A partir desse direito, surgiu o curso de Licenciatura em Educação do Campo, voltado para formar profissionais para atuarem nas escolas do campo, tendo assim uma formação diferenciada das outras licenciaturas, pois o referido curso visa formar sujeitos para atuarem por Área de Conhecimento e não por disciplinas isoladas, gerando assim uma maior amplitude na área de atuação dos profissionais da Licenciatura em Educação do Campo.

Partindo do pressuposto de que a Licenciatura em Educação do Campo tem por objetivo formar professores para atuarem por Área de Conhecimento, nos surgiu a inquietação de entendermos como o Ensino de Geografia está inserido na formação por área de conhecimento no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande, especificamente na área de Ciências Humanas e Sociais.

Levando essa inquietação em conta, propomos aqui discutir a formação por área de conhecimento da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina, especificamente na área das Ciências Humanas e Sociais, destacando o Ensino de Geografia e sua importância na contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, da curiosidade e da criatividade dos graduandos, assim contribuindo para a eliminação de quaisquer referências estigmatizantes com relação à Educação do Campo.

Dito assim, partiremos, primeiramente, de uma breve história da Licenciatura em Educação do Campo; posteriormente, discutiremos a Geografia no âmbito da Formação da Área de Conhecimento - Ciências Humanas e Sociais da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG, mostrando as disciplinas de Geografia que compõem o currículo do curso e sua articulação com a Educação do Campo; finalmente, teceremos breves considerações finais acerca da temática nessa reflexão.

2. Breve Histórico da Licenciatura em Educação do Campo

Segundo Silva (2011), a história da implantação de projetos educacionais para os povos do campo sempre esteve ligada aos projetos econômicos de fortalecimento do capital, mostrando que a escola faz parte de um todo e tende a incorporar a forma como se estruturam as relações de trabalho na sociedade. Como resultado, temos uma organização escolar voltada totalmente para a elite do país, deixando, desse modo, a maioria da população marginalizada, ou seja, sem acesso aos direitos políticos, civis e sociais, demonstrando uma negligência em relação à escolarização.

Esse modelo de educação nasceu junto ao conceito de Educação Rural, que, por sua vez, surgiu na década de 1920, num grande jogo de interesses entre a burguesia industrial, que era emergente da oligarquia agrária e do movimento dos pioneiros da educação, passando assim a afirmar-se a partir de 1930, pois, segundo o governo da época, era necessário educar as populações rurais, povoar e sanear o interior (SILVA, 2011).

Essa visão da educação como redentora da miséria e da pobreza trouxe para o campo um modelo de escola vinculado ao projeto de modernização conservadora¹, que era patrocinado por cooperativas Norte-Americanas e propagado através do sistema de assistência técnica e extensão rural. Tinha como finalidade adequar a população do campo ao projeto desenvolvimentista, que submeteu a agricultura à industrialização, centralizada na visão de que o Brasil para se desenvolver precisaria se industrializar e urbanizar (SILVA, 2011).

A partir da década de 1950, o discurso sociológico de extinção do rural passa a ser predominante dentro e fora da universidade, num ponto de vista de que o campo é uma divisão sociocultural e deve ser superado e não sustentado. Por isso concordamos com Silva, quando a mesma afirma que:

na história da educação da classe trabalhadora rural, os anos 1940 representam dois problemas contra os quais ela lutou até hoje: a negação da escola para si e seus filhos, ou seja, a impossibilidade real e concreta de acesso ao saber sistematizado e o predomínio de projeto e campanhas pela reprodução ampliada do capital para qualificar mão de obra (SILVA, 2011, p. 406).

Dessa forma, compreende-se que na década de 1940 existia uma grande luta pelo direito à escola, impedindo assim o acesso ao saber estruturado, gerando uma repetição do capital para qualificar mão de obra boa e barata.

¹ No campo a expressão clássica da modernização conservadora é a revolução verde, ou Revolução Agrícola, em que a produção agrícola foi modernizada, por meio de implementos agrícolas, pacotes agroquímicos, sementes modificadas, etc., mas a estrutura agrária foi mantida.

Ainda segundo Silva (2011), no dia a dia das relações sociais do campo/rural observa-se como os valores da sociedade urbana são impostos de forma acentuada, fazendo uma mistura de velhos e novos elementos como partes do processo de modernização conservadora capitalista, nas relações sociais de produção, vai se construindo uma concretude e um entendimento do campo sem uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, e, portanto, sem gente.

Essas maneiras de avanço do capitalismo no campo, juntamente com o modelo de educação rural, contribuíram para a desterritorialização e a erradicação dos povos do campo de seu ambiente, e para a busca da zona urbana como única perspectiva de vida e de sobrevivência. Essa determinação leva a uma drástica perda de valores de uma cultura, a perda de identidade; por esse motivo, a escola precisa também ser pensada como lugar de resistência dessa imposição (CALDART, 2002).

De acordo com Molina (2015), as mudanças na ideia de educação rural para educação do campo não se deram unicamente pela verificação da escola rural, mas também pela rejeição ao processo conservador de modernização para o campo, protegido pelo poder político e pelas elites agrárias. Ela é contrária ao modelo de desenvolvimento capitalista que combina latifúndio e agronegócio, pois estes são grandes culpados pela exclusão e morte dos camponeses. Também, numa nova concepção, está ligada à reforma agrária, à agricultura camponesa e agroecológica.

A emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência, experiência e proposição da ausência do Estado, que deveria assegurar o direito dos sujeitos do campo à escolaridade, e a uma formação consistente e contextualizada para professores trabalharem nessas escolas do campo. Assim sendo, a experiência que é desenvolvida pelos movimentos sociais e organizações não governamentais foi a base para a elaboração da proposta da educação do campo (AUDER e VENDERMINI, 2012).

A partir de 1980 começaram a surgir Centros de Educação Popular, que eram constituídos em sua maioria por militares cristãos, estudantes intelectuais que procuravam recuperar a concepção de educação popular que tiveram seus trabalhos iniciados na década anterior, e tinha a finalidade de ajudar os movimentos sindicais e populares que começavam a se rearticular no país.

Segundo Silva (2011), esses Centros de Educação Populares tiveram uma grande contribuição para a implantação do movimento de Educação do Campo e das práticas educativas desenvolvidas por organizações desde o final dos anos de 1980 que tinha o trabalho

voltado para a “convivência com o semiárido”, e já existia o debate sobre a necessidade de se reinventar as escolas localizadas na zona rural, além de se ter formação inicial e continuada para esses educadores que iriam atuar no campo, e também trazer a contextualização da educação como forma de mostrar o real significado do ensino/aprendizagem e, principalmente, de colocar a escola em conversa com a realidade, os sujeitos e as organizações sociais.

A declaração de que as pessoas do campo têm direito a uma educação contextualizada com a sua realidade surgiu para oferecer aos sujeitos do campo uma educação voltada para sua vida, sua cultura e sua forma de trabalhar, que hoje em dia conhecemos como Educação do Campo (PIRES, 2012)

Ainda segundo Silva (2011), das argumentações levantadas pelos movimentos da sociedade civil organizada e de iniciativas de instituições de ensino superior, requeridos nos anos de 1990, torna-se questão estratégica e temática a formação de docentes para a educação básica. Algumas iniciativas foram fundamentais na formação e apresentação da Educação do Campo como:

O I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, que foi realizado em julho de 1997, a realização da I e II Conferência Nacionais Por uma Educação Básica do Campo, respectivamente em julho de 1998 e em 2004, a articulação nacional das experiências educativas da Pedagogia da Alternância nos Centros de Formação Familiar por Alternância - CEFFAS em 2000, a articulação da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - RESAB em 2000, a Marcha das Margaridas que reivindicou a criação da Coordenação de Educação do Campo em 2004 (SILVA, 2011, p. 411).

Essas foram algumas iniciativas nacionais que fortaleceram o processo de inclusão da Educação do Campo na agenda política e viabilizaram o debate acerca da prática pedagógica nas Escolas do Campo, denunciando a precariedade das escolas localizadas no campo e também os educadores que não eram profissionais formados para atuarem nessas escolas, gerando assim a necessidade de se ter uma política educacional voltada para o campo.

A elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pelo Conselho Nacional de Educação, que deu resultado na Resolução CNE/CEB nº 1, de abril de 2002, foi um processo político no interior do Estado Brasileiro, que conseguiu mobilizar as diferentes organizações e a academia em torno da organização do Movimento da Educação do campo, uma nova nota na legislação brasileira sobre a Educação do campo,

abrindo assim espaço para a normatização da Pedagogia da Alternância e o decreto presidencial de 2010 que criou e reconheceu a Educação do Campo e o PRONERA (CALDART, 2002).

Segundo Silva (2011), a partir desse momento, ainda como recurso em construção e como definição não concluída, a Educação do Campo, como direito dos alunos a igualdade de acesso às políticas educacionais e do respeito às diferenças, passa a difundir-se nos diferentes espaços organizativos e acadêmicos do país.

Segundo Silva (2011), em 2004 foi criado, no Ministério de Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), onde existe uma coordenação de Educação do Campo, e foi organizado ainda no MEC um Grupo Permanente de Trabalho (GPT) sobre educação do campo, virando um espaço de diálogo entre Estado e Sociedade Civil dentro do MEC, e com governantes estaduais e municipais.

Esses procedimentos usados pelas políticas públicas mostram um avanço, no sentido de uma estabilização de políticas educacionais voltadas à realidade do campo. É de conhecimento público o documento da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD/MEC que, dentre outras questões, podemos destacar:

- a) A necessidade de ações assertivas para corrigir a desigualdade sofrida pelos povos do campo, o que particularmente tirou ao longo dos tempos o direito à educação básica e a precariedade no funcionamentos das escolas do campo, bem com a precariedade presente também na formação dos profissionais que nelas atuam; b) A necessidade de construir políticas de expansão das escolas públicas que ofereçam educação básica no e do campo, entendendo a importância de se criar alternativas de organização dos currículos e do trabalho docente, com a necessidade de mudar o quadro atual principalmente na oferta dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio; c) que considera como “escolas do campo” tanto as escolas localizadas em comunidades rurais como também aquelas que estão localizadas na zona “urbana” que atendem educandos oriundos do campo; d) Que entende a grande necessidade de se ter uma formação diferenciada e continuada para professores atuarem no campo além de aprenderem a valorizar as potencialidades existentes no campo; e) Que entende a urgência de existirem ações afirmativas que ajudem a transformar a situação educacional que hoje existe no campo. Para isso existe uma necessidade de organizar o trabalho pedagógico, e a formação em uma docência multidisciplinar por áreas de conhecimento. Isso faz necessária uma formação específica para os educadores que irão atuar nessas escolas; f) a amostra de experiências educativas relacionadas ao campo que mostre a necessidade de se pensar uma política voltada para o campo, para que assim altere o cenário de exclusão educacional que ao longo do tempo os povos do campo vem sofrendo.

Analisando as questões, verificamos que existe um esforço concentrado para a formação dos profissionais das escolas do campo e que tenta atender ao que diz o artigo 67 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LBDEN e os artigos 12 e 13 das

Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, que sugere a formação de professores num ponto de vista de profissionalização docente, o que engloba o direito à formação inicial em todos os níveis, e um processo de formação continuada possibilitando que o professor atue no campo e na cidade com competência.

No dia 23 de novembro de 2005, a “Carta de Gramado” do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) efetuou o compromisso das secretarias estaduais de educação com a “elaboração e implementação de políticas públicas para a educação do campo”, destacando como uma das temáticas principais a “formação inicial e continuada de professores”. Abriu-se assim um canal de conversa e ampliação fundamental para implantação dos futuros profissionais da Educação do campo no mercado de trabalho (SANTOS, 2013).

Através do CONSED, quatro universidades Federais foram convidadas a desenvolverem uma experiência piloto, foram elas: Universidade de Brasília - UnB, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade Federal da Bahia - UFBA e a Universidade Federal de Sergipe - UFS. Atualmente temos 42 novos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, totalizando 46 cursos em todo território brasileiro.

Segundo Molina (2015), o curso de Licenciatura em Educação do Campo tem como alvo a escola de Educação Básica, com destaque na construção da Organização Escolar e no Trabalho Pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Os cursos têm como objetivo preparar educadores para irem além da docência e operarem na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitários.

De acordo com a organização da carga horária do mencionado curso, utiliza-se o regime de alternância, isto é, os graduandos alternam períodos presenciais concentrados de aulas na universidade, equivalentes a semestres de cursos regulares. Esses momentos são chamados de “tempo/espço escola-curso”. As atividades a serem desenvolvidas pelos alunos nos seus locais de trabalho e moradia, orientadas pelos professores, ou pela coordenação do curso, ou pelas assembleias dos próprios estudantes, serão desenvolvidas no que o curso denomina de “tempo/espço comunidade-escola do campo” (SILVA, 2011).

A organização curricular estrutura-se, observando a oferta de disciplinas, em três níveis de formação articulados e integrados: a) formação básica; b) formação integradora; c) formação específica. Nesse sentido, Rodrigues (2002) destaca que a educação do campo requer uma formação que ultrapasse a educação formal, por esta estar ligada às fronteiras que impedem os sujeitos de desenvolverem um projeto histórico de emancipação humana.

3. A Geografia no âmbito da Formação da Área de Conhecimento - Ciências Humanas e Sociais da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo resulta de um longo processo de debates e diálogo entre movimentos sociais do campo, Ministério da Educação e as Universidades Públicas, dentre as quais a UFCG aderiu desde o princípio. O processo de criação desse curso em nível nacional foi romper com a formulação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, com o primeiro passo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC.

O PROCAMPO tem como finalidade apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições de Ensino Superior em todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores (as) para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no Ensino Médio nas escolas do campo (PPC do curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2011, p. 09).

A UFCG foi convidada a desenvolver uma experiência piloto juntamente com outras quatro universidades públicas federais: UnB, UFMG, UFBA e UFS. Por questões operacionais do Ministério da Educação, o projeto da UFCG não conseguiu ser executado neste primeiro momento. No entanto, como a discussão assemelha-se com a aprovação da criação do CDSA - Sumé, que em seu projeto já contemplava esse curso, a comissão de criação do curso deu continuidade à sua definição como um curso regular do CDSA.

Outra ocasião importante foi a apresentação e discussão da proposta inicial do curso em reunião ordinária do Comitê Paraibano de Educação do Campo (12/11/2008), que resultou em importantes contribuições para a elaboração deste projeto. Assim, buscou-se referência, na realidade social, cultural e educacional dos territórios do Semiárido, que serão potencialmente beneficiados pela oferta do Curso, além das orientações do Comitê Paraibano de Educação do Campo, organizados por representantes do Poder Público Estadual e Municipal, das Universidades Públicas do Estado e Movimentos Sociais. Nesse sentido, a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, atendendo à referida demanda, apresenta sua proposta de Curso de Licenciatura em Educação do Campo pautada em toda uma história que reúne a

vocação desta Instituição de Ensino Superior para se relacionar com os povos e com a série de problemas do campo.

Desse modo, o objetivo geral do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG é formar professoras (es) para a Educação Básica, em consonância com a realidade social e cultural específica das populações que trabalham e vivem no e do campo, na diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizá-la como direito humano e como ferramenta do desenvolvimento social. O curso tem ainda como objetivos específicos habilitar professores (as) para a docência multidisciplinar na educação do campo nas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Exatas e da Natureza e formar educadores (as) para atuação na Educação Básica com competências a fazerem a gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país.

A Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo se estabelece pela sua especificidade de formar professores (as) para atuarem nas escolas básicas do campo, preparando e estimulando educadores para uma atuação que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e nos seus arredores. Para isso, seu projeto pedagógico se caracteriza para se desenvolver de modo articulado ao ensino, pesquisa e extensão para habilitar professores para a docência multidisciplinar nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio por meio de um currículo organizado por áreas de conhecimentos.

O curso está organizado no regime presencial e adota o sistema de créditos com abordagem na metodologia da alternância; compreende um total de 235 créditos e 3.525 horas, a serem integralizadas, no mínimo, em oito e, no máximo, em doze períodos letivos, com aulas concentradas em três dias da semana: quartas, quintas e sextas.

A formação específica está voltada às áreas de atuação profissional, que englobam: os conhecimentos básicos para a prática pedagógica em cada área do conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio do campo; e a gestão, coordenação, avaliação do trabalho pedagógico, a criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos, metodologias e processos de aprendizagem que abrangem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.

Engloba, portanto, conhecimentos designados à capacitação do docente para os conteúdos e metodologias específicas de sua área de atuação, além de conhecimentos desejando uma maior modernização da formação docente frente às transformações de uma sociedade complexa e plural.

Dessa forma, são propostas as seguintes áreas de aprofundamento: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e da Natureza e Linguagens e Códigos. Cada uma das áreas de aprofundamento é composta por 64 (sessenta e quatro) créditos complementares obrigatórios para a formação específica, com uma carga horária de 960 (novecentos e sessenta) horas, a serem complementadas ao longo do curso a partir do 4º período, no qual os estudantes farão a opção por uma das áreas.

Uma das Áreas que é oferecida como habilitação na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG é a Área das Ciências Humanas e Sociais, que habilita o educando a atuar como professor. A área abrange as seguintes disciplinas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Segundo a Lei e o parecer 853/1971:

As Ciências Humanas e Sociais é uma área de estudos que tem por objetivo a integração espaço-temporal do educando, servindo-se para tanto dos conhecimentos e conceitos da História e Geografia como base e das outras ciências humanas - Antropologia, Filosofia, Sociologia, Política, Economia - como instrumentos necessários para a compreensão da História e para o ajustamento ao meio social a que pertence o educando (PENTEADO, 2008, p. 25).

Ou seja, é importante sempre entendermos que o ensino de História, Geografia, Filosofia e Sociologia não deve ser um ensino engessado, no qual o educando torna-se um mero reprodutor, mas é necessário mostrar aos educandos a importância dessas disciplinas, e mostrar também, de uma forma prática, que a área das Ciências Humanas e Sociais é libertadora. Isso provocará no aluno uma inquietação e uma grande curiosidade, fazendo assim com que o conhecimento seja construído e não apenas repassado. Concordamos com Penteado (2008, p. 22) quando a mesma afirma que:

As ciências Humanas e Sociais compreendem uma área do conhecimento humano alimentada pelo saber produzido por várias ciências - Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Economia e Política, entre outras. Todas têm como objeto de estudo o homem em suas relações: entre si, com o meio natural em que vive, com os recursos já criados por outros homens através dos

tempos. Cada uma delas, por sua vez, especializa-se em determinados aspectos desse seu objeto de conhecimento, que é muito amplo.

Verificamos na citação a amplitude que existe na área das Ciências Humanas e Sociais., pois cada disciplina apresenta sua particularidade e individualidade, mas todas estão sempre interligadas com o objeto de estudo da área, que é o estudo o homem em suas relações: entre si, com o meio natural em que vive, com os recursos já criados por outros homens através dos tempos.

No âmbito da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, a habilitação nessa área de conhecimento, de acordo com Santos (2013), deve:

Analisar o processo epistemológico das Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a História, Geografia e Sociologia. Compreender os principais métodos e instrumentais utilizados no desenvolvimento de pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais. Analisar a formatação, os limites e as possibilidades da área de Ciências humanas e sociais nos currículos de ensino médio. Iniciar um processo de construção de referenciais para a pesquisa e o trabalho por área de conhecimento (SANTOS, 2013, p. 112).

De acordo com Santos (2013), na área de Ciências Humanas e Sociais deve ser adotado o materialismo histórico-dialético, o método de análise para estabelecer um patamar comum de interpretação das ciências humanas e sociais, antecedendo os seguintes conceitos: Espaço, escala, território, região, processo histórico-geográfico, temporalidade, modo de produção, totalidade, contradição, poder (relações de), ideologia, sociedade/classes sociais, forças produtivas, trabalho, hegemonia e cultura.

Por isso concordamos com Penteado (2008), quando a mesma afirma que todos esses conceitos têm por objeto de estudo o homem em suas relações: entre si, com o meio natural em que está inserido, com os recursos já criados por outros homens através dos tempos. Dessa forma, as disciplinas de Geografia que compõem o processo formativo da área são as seguintes: Introdução à Geografia; Geografia do Brasil; Geografia da Paraíba; Cartografia Geral; Geografia Agrária; Metodologia do Ensino de Ciências Humanas e Sociais no Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado III, as duas últimas disciplinas com destaque no ensino de Geografia e História como apresentamos no ementário das disciplinas no Quadro 01.

Quadro 01 - Disciplinas de Geografia no âmbito da formação da Licenciatura em Educação do Campo e suas Respectivas Ementas

DISCIPLINAS	EMENTAS
Introdução à Geografia	Ciência geográfica: origens e etapas na evolução do pensamento geográfico. Discussão epistemológica: fundamentos e questionamentos sobre espaço, região, território, lugar e paisagem. As dimensões do espaço geográfico: o urbano, o rural e suas relações. As relações sociedade/natureza. Os fundamentos do ensino da Geografia na escola.
Geografia do Brasil	Formação territorial do Brasil. Processo de regionalização do Brasil. Características físicas do território brasileiro: relevo, clima, vegetação, hidrografia. Estudo da população brasileira: dinâmica demográfica, estrutura, formação étnica, migrações. Geografia de redes e sistemas de transportes: novos territórios no espaço contemporâneo.
Cartografia Geral	Breve histórico da cartografia. A cartografia no Brasil - bases conceituais. Os campos da cartografia e os tipos de mapas. Estudo de mapas. Orientações e rumos. Coordenadas Geográficas. A Construção de Cartas e mapas. Fusos horários. Projeções cartográficas. Declinação magnética da terra. Escalas. Fundamentos teóricos da representação gráfica dirigidos à cartografia. Relação entre cartografia sistemática e cartografia temática. Legenda na representação cartográfica. Cartografia e gestão do território.
Geografia da Paraíba	Formação territorial da Paraíba. Processo de regionalização do território paraibano. Características físicas do território paraibano: relevo, clima, vegetação, hidrografia. A geoecologia do semiárido paraibano. Estudo da população paraibana. A relação campo e cidade na Paraíba. A economia paraibana.
Geografia Agrária	Conceito de Geografia agrária. Capitalismo e a produção do espaço agrário: desenvolvimento e contradições. O desenvolvimento recente da agricultura brasileira e o papel do Estado. Os movimentos sociais no campo. Reforma agrária: o conflito entre o capital e trabalho no campo e as novas territorialidades.
Metodologia do Ensino de Ciências Humanas e Sociais no Ensino Fundamental	A história do ensino de História e Geografia. Conhecimento e metodologia de ensino. Interdisciplinaridade. A cultura escolar. Ciências Humanas: história, geografia e temas transversais no ensino fundamental. Recursos didáticos: as novas linguagens e o ensino das Ciências Humanas. O uso do livro didático: limites e possibilidades.
Estágio Supervisionado III	A Intervenção didático-pedagógica em sala de aula de ensino fundamental: observação, identificação e discussão das situações de ensino e aprendizagem de conteúdos, integrando as dimensões epistemológicas, sócio-cognitivas e didáticas na práxis com a comunidade do campo.

Fonte: PCC da LECAMPO.

Todas as disciplinas apresentadas acima são discutidas e desenvolvidas no âmbito do curso, através das dimensões da Pesquisa/ Ensino e Extensão em uma abordagem interdisciplinar, interdisciplinar entre as disciplinas de Geografia, como também interdisciplinar entre as disciplinas de História, Geografia e Filosofia que abrangem a área das Ciências Humanas e Sociais no contexto das lutas dos movimentos sociais ligados à terra, seja pelos direitos à saúde, à moradia, à segurança, à proteção da infância. As disciplinas têm uma abordagem contextualizada referente à teoria e prática, próxima da realidade dos sujeitos do campo, reconhecendo as especificidades do contexto social, econômico, cultural, político, ambiental, de gênero, geracional, de raça e etnia das populações camponesas.

A Educação do Campo, a partir do olhar da Geografia, entende que tal tendência pode ser diretamente explicada pelo fato de que a Educação do Campo se define, antes de qualquer outra coisa, por um recorte espacial com o qual ela desenvolve um importante processo de identificação. Isso faz com que a discussão do território, mais do que se apresentar como uma possibilidade para o início das conversas nas aulas de Geografia, na prática se impõe como um caminho a ser explorado no contexto do seu ensino e prática pedagógica.

O território das populações do campo torna-se, assim, uma das condições fundamentais na constituição de uma proposta voltada para a Licenciatura em Educação do Campo, seja pela dimensão material das lutas que se travaram, e ainda hoje se travam, na disputa pelo controle e apropriação fundiária da Reforma Agrária, seja pela dimensão imaterial que, além de manter a conflitualidade do campo ativada, se desdobra em diversas dimensões da sociabilidade. Fernandes (2008) aponta que:

O território imaterial está relacionado como controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual (FERNANDES, 2008, p. 15).

O ensino de Geografia na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo faz referência aos aspectos socioterritoriais que compõem a identidade dos sujeitos do campo e caracterizam seus espaços de vivência, e também, especificamente, aborda a problemática das relações campo-cidade, visto que a relação campo-cidade constitui um tema que deve ser

abordado de modo transversal, em todas as disciplinas do currículo da área de conhecimento, uma vez que envolve as múltiplas possibilidades de interação e pertencimento de seus sujeito. Dessa maneira, o ensino de Geografia deve reconhecer não apenas um “modo de vida próprio das populações do campo”, mas também que a “utilização social do campo é fundamental, em sua diversidade, para a construção da identidade social e de sua participação na definição dos rumos da sociedade brasileira.”

Dessa forma, para desenvolver um ensino de Geografia na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, a escolha metodológica deve levar em conta os interesses e objetivos da Educação do Campo, para possibilitar a interpretação da realidade. Nesse contexto, a Geografia deve incorporar ao seu ensino a dialética como método de investigação, método já inserido na Educação do Campo. Sobre o método dialético no ensino de Geografia, Oliveira (1989) destaca que “método dialético traz consigo a recuperação de um espaço crítico que a Geografia precisa ter”, pois, “através da crítica, é que se produz e reproduz uma ciência viva”, que se renova e transforma. Pautado nesse método, o mesmo autor nos lembra ainda que, como as demais disciplinas que fazem parte do currículo do Ensino, a Geografia

[...] procura desenvolver no aluno a capacidade de observar, analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade tendo em vista a sua transformação. Essa realidade é uma totalidade que envolve sociedade e natureza. Cabe a Geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza. Para entender esse espaço produzido, é necessário entender as relações entre os homens, pois dependendo da forma como eles se organizam para a produção e distribuição dos bens materiais, os espaços que produzem vão adquirindo determinadas formas que materializam essa organização social. Nesse sentido, a Geografia explica com as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinados momentos históricos, e que esse processo implica uma transformação contínua (OLIVEIRA, 1989, p. 142).

Por tudo isso, consideramos que a Geografia apresenta, para a Educação do Campo, um significativo potencial de mobilização e desenvolvimento de variedades habilidades e competências, mais especificamente a partir dos diferentes conceitos e categorias que assumem centralidade na interpretação da espacialidade dos fenômenos relacionados à vida do/no campo, por exemplo, os conceitos de Espaço Geográfico, Território, Paisagem, Lugar, Região e Natureza.

Entre as habilidades e competências ligadas à Geografia é importante mencionar a articulação de diferentes escalas – local, regional, global – proporcionada a essa disciplina, assim como o conhecimento das redes em que o espaço socialmente construído se estrutura. Também, deve haver uma abordagem da dimensão espaço-temporal envolvendo diferentes questões e temas, assim como o estímulo à problematização e à capacidade de buscar soluções no que se refere a temas relacionados à questão ambiental, às relações campo-cidade, dentro outros.

No contexto da Educação do campo, consideramos que a abordagem geográfica pode dar uma importante contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, da curiosidade e da criatividade dos graduandos, assim como a eliminação de quaisquer referências estigmatizantes com relação ao modo no campo. Isso não apenas do ponto de vista do conteúdo tradicionalmente abordado nas aulas de Geografia, mas de um ponto de vista mais amplo, pois as disciplinas de Geografia que compõem seu processo formativo possibilitam ir ao encontro da formação almejada pela Licenciatura em Educação do Campo, através de uma abordagem interdisciplinar ou de temas geradores envolvendo, internamente, a articulação de uma pluralidade de temas, de modo que as disciplinas estão familiarizadas com o processo de construção do raciocínio que busca o inter-relacionamento entre os fenômenos (naturais e sociais), com base em sua espacialidade, e trata-os de maneira mais contextualizada, diferentemente de outras áreas em que predomina maior espacialização e verticalidade do olhar.

4. Considerações Finais

Consideramos que a Geografia, entendida como um campo disciplinar que também se identifica como um saber transversal, tem relevantes contribuições para a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo. Os conhecimentos que podemos considerar como necessários para entender a problemática do campo do Brasil, hoje, constituem temas e questões que são discutidas por uma vertente do pensamento e da prática geográfica que se propõe pensar criticamente sobre a realidade agrária e agrícola do/no país. Desse modo, a importância da consideração da espacialidade dos fenômenos nas discussões acerca da Educação do Campo faz com que a Geografia tenha condições de assumir grande pertinência no processo analítico daí decorrente.

Para desenvolver um ensino de Geografia na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo é preciso pensar e propor caminhos que discutam a situação das populações que vivem no campo brasileiro, hoje. Para isso, é preciso se realizar, em sala de aula, uma discussão dos problemas que afetam cada comunidade camponesa, sendo que o próximo passo pode consistir em tentativas de conhecimento do espaço concreto da vida dessas comunidades e de suas relações com outros lugares e instâncias, tanto próximos quanto distantes. Em outras palavras, é importante que a abordagem geográfica seja realizada a partir de um debate que considere as territorialidades do campo e as diversas inserções e relações territoriais de seus sujeitos. Acreditamos que somente a partir da observância dos princípios pedagógicos que regem a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo será possível se construir um ensino de Geografia plural, democrático e que, de fato, fortaleça os camponeses nos lugares onde vivem e realizam suas práticas e suas lutas por mais educação, terra e dignidade.

5. Referências

AUED, Bernardete e VENDRAMINI, Célia Regina (Org.). **Temas e Problemas no Ensino em Escolas do Campo**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Caminhos para transformação da Educação: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular: 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Licenciatura em Educação do Campo e projeto Formativo**. In:_____. CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Caminhos para transformação da Educação: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular: 2002. p. 127-154.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Sobre a tipologia de territórios**. Presidente Prudente: Nera, 2008.

MOLINA, Monica Castagna, **Expansão das licenciaturas em educação do campo: Desafios e Potencialidades**, UFPR, Curitiba; 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

PENTEADO, Heloísa Dupas, **Metodologia do Ensino de História e Geografia**, Cortez, 2008.

PIRES, Angela Monteiro Pires. **Educação do Campo Como Direito Humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

Projeto Pedagógico do Curso da Licenciatura em Educação do Campo - UFCG, 2011.

RODRIGUES, ROMIR. **Reflexões Sobre a Organização Curricular por Área de Conhecimento**
In: _____. CALDART, Roseli Salette et al (org). Caminhos para transformação da Educação:
Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão
Popular: 2002. p. 101-126

SANTOS, Cláudio Félix dos, **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo**, Campinas, SP: Autores Associados; 2013.

SILVA, Maria do Socorro, **A Construção da Licenciatura em Educação do Campo: Espaço de Diálogo e Ruptura na Universidade**, João Pessoa: Editora UFPB, 2011.